

Posicionamento do Conselheiro Jucélio Paladini durante a 275ª reunião do Conselho de Administração da Casan realizada em 31/08/2011, sobre o projeto de lei e Proposta de Emenda Constitucional que tramitam na Assembléia Legislativa envolvendo a Casan.

Propõe que este Conselho manifeste-se no sentido de recomendar ao Acionista Majoritário(Governo do Estado) a adoção dos seguintes encaminhamentos em relação a Proposta de Emenda Constitucional – PEC e ao Projeto de Lei – PL 0236:

PEC- Retirada deste projeto.

Analisando tecnicamente o teor do PL 0236 não há contradição com o texto constitucional. O PL e a PEC não são matérias excludentes. Não há razões técnicas para suprimir o parágrafo 4º quarto do artigo 13º e o parágrafo 2º do artigo 40º, exceto se houver outras intenções não explicitadas no PL 0236.

PL 0236 – Retirada do pedido de tramitação em regime de urgência deste Projeto.

É impossível em tão curto espaço de tempo, sem discutir a matéria, encontrar o encaminhamento adequado.

Esta é uma medida necessária para possamos debater o tema de forma democrática e transparente neste Conselho, nas esferas institucionais, com os trabalhadores e sociedade civil. Desta forma será possível analisar, debater e propor medidas mais adequadas para o fortalecimento da Casan em consonância com a perspectiva da universalização do saneamento básico.

Mesmo diante da falta de transparência e do tempo exíguo já é possível perceber o surgimento de um conjunto de propostas alternativas ao PL 0236, preservando o controle acionário do Estado e a gestão pública, dentre outras destacamos:

- a) Possibilidade de realizar uma parceira estratégica, especificamente com empresas públicas, com comprovada capacidade de realizar investimentos e com reconhecida atuação no setor.
- b) Possibilidade de realizar parcerias com instituições financeiras publicas, podendo caucionar ações como forma de garantia para novos financiamentos ou mesmo a emissão de debêntures.
- c) Destinação de recursos do Orçamento do Estado a partir de 2012, bem como, do Governo Federal e dos Municípios à Casan.

Havendo transparência, vontade política e bom senso certamente encontraremos soluções adequadas e factíveis para avançar, a médio prazo, rumo a universalização do saneamento básico nos municípios onde atuamos.

Solicito que esta manifestação seja registrada na ata desta reunião.

Florianópolis, 31 de agosto de 2011

Jucélio Paladini

Conselheiro – Representante dos empregados.